

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE HISTÓRIA

GUSTAVO DE LIMA PARÁ

**DEMOCRACIA RACIAL NO PERÍODO VARGAS:
Análise da revista “Cultura Política” (1941)**

Monografia

Mariana
2022

GUSTAVO DE LIMA PARÁ

**DEMOCRACIA RACIAL NO PERÍODO VARGAS:
Análise da revista “Cultura Política” (1941)**

Monografia apresentada ao curso de História da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em História.

Orientador: André de Lemos Freixo

Mariana
2022



FOLHA DE APROVAÇÃO

Gustavo de Lima Pará

Democracia Racial no Período Vargas: Análise da Revista "Cultura Política" (1941)

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel

Aprovada em 11 de novembro de 2022.

Membros da banca

[Doutor] - Andre de Lemos Freixo - Orientador(a) (Universidade Federal de Ouro Preto)

[Doutor] - Marcelo Santos de Abreu - (Universidade Federal de Ouro Preto)

[Doutor] - Luciano Magela Roza - (Universidade Federal de Ouro Preto)

Andre de Lemos Freixo, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 11/11/2022.



Documento assinado eletronicamente por **Andre de Lemos Freixo, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 11/11/2022, às 13:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0426146** e o código CRC **91A42A0F**.

RESUMO

Assim como outros regimes ditatoriais, o Estado Novo utilizou amplamente os meios de comunicação para propagar as suas ideologias. É, portanto, uma fonte de estudos sobre como esse período da história brasileira lidou politicamente com certos temas sociais. Tendo isso em vista, o presente trabalho analisa a revista Cultura Política, periódico produzido pelo próprio governo Vargas e redigido por intelectuais da época. Através do método da análise documental, o estudo objetiva entender como o regime tratou o tema raça. O recorte justifica-se pelo caráter nacionalista da Era Vargas, que visou a construção de um ideal do Brasil. Entende-se que, com relação à raça, esse ideal perpassa o apagamento do sofrimento da população não-branca, da mesma forma que Abdias Nascimento enxerga a estrutura do racismo no Brasil: por meio da extinção do consciência coletiva e identidade dos negros.

Palavras-chave: Cultura Política, Estado Novo, raça

ABSTRACT

Just like other dictatorships, the Brazilian period known as Estado Novo broadly used the media to propagate its ideologies. It is, thus, a source to study how that political period dealt with certain social themes. Regarding the issue, this work analyzes the Cultura Política magazine, a publication produced by the Getúlio Vargas government and written by scholars of that era. Using the documentary analysis method, this study aims at understanding how the regime handle the racial theme. This approach is justified by the nationalist aspect of the Vargas era, which aspired to construct an ideal for Brazil. It's understood that, with regard to race, that ideal runs through the erasure of the suffering of non-white population in the same way Abdias Nascimento sees the structure of brazilian racism: by the means of extinguishing the collective consciousness and identity of black brazilians.

Keywords: Cultura Política, Estado Novo, race

LISTA DE ANEXOS

ANEXO I – Atuação profissional dos colaboradores de Cultura Política.....	12
ANEXO II – Origem social do discurso veiculado em Cultura Política.....	13

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	05
2 METODOLOGIA	08
3 A REVISTA CULTURA POLÍTICA	11
3.1 O contexto histórico-social.....	11
3.2 Oliveira Lima.....	14
3.3 F. Venâncio Filho.....	16
3.4 Cassiano Ricardo.....	16
4 UMA FALSA DEMOCRACIA RACIAL	20
3.1 Imigração, miscigenação e branqueamento.....	20
3.2 Bandeirantismo.....	22
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
REFERÊNCIAS	27

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, principalmente após 2018, observou-se, sem espanto, figuras de alto escalão da política, como o presidente e seu vice, defendendo a inexistência do racismo no Brasil. Tais políticos poderosos representam a negação de um debate importante e atual, mas não novo, já tendo sido observado em outros momentos da história brasileira.

Para falar deste assunto e da sua participação sistemática na história do Brasil, este trabalho se concentra no período Vargas, que deixou profundas marcas na sociedade e nas instituições brasileiras, com ideias que eram institucionalmente propagadas no regime sendo vistas até os dias atuais. Nesta pesquisa será utilizado o primeiro volume da revista oficial *Cultura Política: Revista Mensal de Estudos Brasileiros*. Serão observadas e problematizadas as ideias, divulgadas pela publicação, referentes à harmonia racial, à negação do racismo, seus efeitos e justificativas, com artigos que recorrem ao passado e a figuras polêmicas para se embasar.

O meio de investigação será uma análise de conteúdo, de acordo com Cechinel, *et al* (2016). A revista foi uma publicação institucional do Estado Novo, e a sua escolha está relacionada a ela ter sido uma das responsáveis pelo discurso ideológico do regime varguista (BONET, 2010, p. 35). Tratando de um estudo sobre uma revista do início do século XX, utilizaremos os mesmo termos que a publicação para se referir ao tema, como “raça” e “indígenas”, considerando que, para os fins almejados, a problematização do conteúdo dos artigos é mais importante do que a revisão dos conceitos. Contudo, não ignoramos os recentes debates acerca dessas expressões, apenas nos referimos ao citado nas publicações.

O debate sobre raça estava muito em voga neste periódico, sendo a palavra e seus derivados recorrentes nos artigos da revista ao longo das publicações. Para ilustrar, é possível encontrar a palavra raça 405 vezes na edição, já o seu plural aparece 212 vezes e racial 71 vezes. Vendo como era um assunto usual, se justifica o recorte deste trabalho considerar apenas o primeiro dos 53 volumes publicados, já que, embora o tema estivesse presente em outros volumes — inclusive sendo a mestiçagem o assunto principal de alguns — o trabalho acabaria possuindo uma extensão incompatível com a finalidade deste trabalho caso fosse feita uma observação e análise completa de todos os volumes.

Para introduzir o assunto, antes de mais nada é preciso destacar que, de acordo com Roberto Specht e Mozart Linhares da Silva (2014) no texto *Canto Orfeônico, Democracia Racial e Biopolítica na Era Vargas (1930-1945)*, um dos objetivos do varguismo era a construção de uma unidade nacional. Esta unidade seria alcançada através da centralização

política e de uma unidade cultural movida por uma biopolítica que se relacionou à temática racial p. 109-110).

Foi justamente durante o período Vargas que foi construída a noção de identidade nacional — que ainda perdura em muitos âmbitos — que defende a mestiçagem e a harmonia entre as raças, sem tensões raciais e sem a existência do racismo, como características nacionais, discurso amplamente apoiado por intelectuais e pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, o DIP (GOMES, 2008, p. 4). A historiadora Maria Luiza Tucci Carneiro (2018) apresenta a construção dessa identidade nacional como tendo sido influenciada por ideias racistas, como veremos no capítulo teórico (p. 116).

Desta forma, o varguismo foi responsável por uma política que criou e reforçou uma noção de raça, em uma compreensão de que a unidade nacional teria que passar pela definição da identidade nacional, que compreendia, na época, uma definição da “raça nacional”. Essa conjuntura fez a miscigenação ser levada como uma particularidade civilizatória do país, passando a ser positivada e a estar no centro da biopolítica. A somatória desses fatores permitiria a construção de uma narrativa de ausência de conflitos raciais, sendo o mestiço apresentado como a prova física e incontestável da inexistência do racismo no Brasil e da existência de uma democracia racial, em que se buscava através do discurso um "corpo-espécie" homogêneo.

Para alcançar a “raça nacional”, a miscigenação se tornou, assim, um dispositivo de poder do período Vargas, visando reduzir o risco de conflitos sociais (SPECHT e SILVA, 2014, p. 108-117). Neste contexto que a revista será observada, a narrativa da falta de racismo, da democracia racial e da valorização da miscigenação em um discurso político que buscava sua legitimação, através de uma formulação teórica.

É importante destacar, como apresenta a historiadora e antropóloga Lilia Schwarcz no texto *O Espetáculo das Raças* (2005), que a miscigenação era, antes do contexto e do esforço discursivo-teórico feito pelo regime, tida como algo que anulava as qualidades e transmitia o que havia de pior, sendo possível explicar o atraso como culpa dela (p. 13). Essa visão pessimista do povo levou a uma ideia política da necessidade de submissão ou eliminação das raças tidas como inferiores. Uma das representações dessa visão era a Eugenia, que propunha interferir na reprodução da população, para evitar a transmissão dessas características negativas (SCHWARCZ, 2005, p. 47).

Com relação à hierarquização das raças, nessa visão que inferiorizava algumas e elevava outras, a autora apresenta que defendia-se uma condição a cada grupo. Cabia, então, aos brancos o papel de civilizar, aos indígenas o de se civilizar e aos negros a degradação,

sendo estes últimos entendidos como o motivo do atraso do país, pois eram considerados incapazes de se adaptar (SCHWARCZ, 2005, p. 84). Dessa forma, os negros teriam que sumir ou se submeter.

Em um primeiro momento, a postura do varguismo a ser analisada na revista aparenta estar totalmente contra as ideias eugenistas anteriores, mas nem por isso poderiam ser consideradas como positivas, embora para alguns isso possa ser considerado um progresso. As ideias serão problematizadas à luz de uma série de autores, entre eles Abdias Nascimento (2019), que oferecerá, em seu texto *O Quilombismo*, uma interpretação dessa mestiçagem como algo nocivo.

A seguir, o trabalho se estrutura, primeiramente na metodologia utilizada, onde poderá ser encontrada a abordagem de análise de conteúdo escolhida e uma descrição do contexto, da natureza e dos autores do documento que objetiva a pesquisa. Depois, no terceiro capítulo, é feita a contextualização histórico-social da revista e da Era Vargas. O capítulo também apresenta uma análise conteudista da revista, descrevendo os três textos analisados e situando-os em relação ao pensamento contemporâneo a eles sobre os temas raça, racismo e miscigenação. O capítulo 4 apresenta a problematização dessas ideias. Para discutir a questão, recorreremos, principalmente a Guimarães (2001) e a ideologia da dominação, Nascimento (2019) e as ideias de genocídio pela miscigenação e de paternalismo da supremacia branca e Souza (2007) com a mitologia do bandeirante.

2 METODOLOGIA

Com relação à metodologia utilizada, a análise do conteúdo presente em parte da revista *Cultura Política* será feita de acordo com o que é apresentado no texto *Estudo/Análise Documental: uma revisão teórica e metodológica*, de André Cechinel, *et al* (2016). É importante salientar que a técnica apresentada será utilizada nas devidas proporções de acordo com a necessidade do trabalho, dando maior ênfase a alguns pontos metodológicos em detrimento a outros.

A começar, justifica-se a escolha da revista para análise de questões de raça no período Vargas em vez de outros tipos de fontes, pois a utilização de documentos enriquecem a pesquisa, sendo, inclusive objeto de pesquisa igualmente pertinente a diversas áreas do conhecimento e que, geralmente, é usado como complemento para outras metodologias. Sobre a sua essência, um documento é um vestígio do passado que pode se manifestar de diversas formas, sendo escrito ou não (textos oficiais, fotos ou objetos, por exemplo), que é utilizado como prova ou testemunho (CECHINEL, *et al*, 2016, p. 3).

Para o processo de pesquisa documental que nos referimos aqui, há uma lista de coisas às quais se deve dedicar atenção, tendo como objetivo da análise a procura de uma interpretação coerente de acordo com a proposta da obra. São pontos importantes para o estudo: o contexto, os autores, a autenticidade e a confiabilidade, a natureza, os conceitos-chave e a lógica interna do texto (CECHINEL, *et al*, 2016, p. 5).

Para este trabalho, foram selecionados alguns critérios que serão tratados de forma mais contundente. São eles: o contexto, que diz respeito à conjuntura histórica e social em que o documento foi produzido, a natureza, que rege as características inerentes ao tipo de documento, e a inserção do autor, etapa que permite compreender o perfil que de quem produziu o documento, os locais e os fatos relacionados a ele.

Essa parte da pesquisa também serve para amenizar interpretação anacrônica e errônea. É crucial, por exemplo, conhecer a identidade dos autores e os motivos de ter produzido o documento, considerando que a trajetória deles pode fazer a sua produção ser vista sob uma outra luz.

Sobre a natureza do texto, que significa conhecer o tipo de documento (como, por exemplo, se é teológico ou médico), no caso da *Cultura Política* entendemos que se trata de uma revista institucional de propaganda. Essa classificação é alcançada tendo como evidência a lógica de produção, o conteúdo da revista, o contexto que envolve a escolha do seu editor-chefe e, principalmente, o propósito declarado do DIP, órgão que a produzia. Mesmo

com os fatos postos, é necessário esclarecer que a propaganda não era a função explícita da revista, que formalmente servia ao propósito de estabelecer um debate teórico entre intelectuais. Nesse sentido, um outro trabalho poderia considerar a natureza do documento sob outra perspectiva, porém a característica citada é a que mais se encaixa no propósito deste autor. Também podemos estender a natureza do documento ao fato de que era uma publicação impressa e produzida para a venda, o que nos permite pensar, ainda que superficialmente no recorte deste trabalho, no tipo de público que a consumia — alfabetizado e, embora o preço fosse simbólico (CÂMARA, 2010, p. 57), com dinheiro — e, conseqüentemente, no impacto possível dentro e a partir desse círculo.

Já o contexto histórico-social e o perfil dos autores serão vistos nos próximos capítulos, tendo em vista que essa nuance da investigação começa a se confundir com o próprio caráter do texto científico, que demanda um entendimento profundo do objeto antes da busca por resultados. A diferença é que na pesquisa documental, tanto o contexto quanto o conhecimento sobre os autores podem ser usados para alterar uma visão superficial da interpretação do documento.

Os outros pontos citados por Cechinel, *et al* também serão considerados, tendo em vista que é quase impossível dissociar os seis critérios da própria análise documental ou da existência de qualquer documento. Contudo, eles serão abordados em uma escala menor, por serem menos urgentes ou de difícil definição dentro do contexto da revista.

O conceito-chave e a lógica interna do texto, que se qualificam como um critério só, seria compreender os termos do documento, considerando que os significados podem mudar com o tempo pelo tipo de documento e por quem o interpreta (CECHINEL, *et al*, 2016, p. 5-6). Por exemplo, algumas palavras podem receber um significado e um peso diferente nos dias de hoje do que na época em que o arquivo foi produzido e uma interpretação que não considere essa divergência pode levar a uma pesquisa que problematize questões que não deveriam ser vistas dessa maneira. No caso, esse ponto não repercutiu tanto na análise pois a maioria dos termos da Cultura Política ainda compartilham o significado que foi utilizado à época.

Quanto à autenticidade e à confiabilidade do texto (que também formam um único critério), não se mostraram de uma importância tão grande aos interesses do trabalho. Se tratando literalmente de assegurar que o texto é confiável e que se pode realmente atribuir a ele a autoria indicada, não faz muito sentido tomar estas cautelas em um documento governamental que já possui uma extensa pesquisa histórica a seu respeito. Aqui, serão consideradas as evidências e principalmente os outros estudos sobre o periódico como prova

da confiabilidade do texto. Já o fato de que a revista era uma publicação do próprio Estado, com alguns autores que já eram conhecidos apoiadores do regime, sem demonstrar incongruência com o que é defendido nas páginas da Cultura Política, será tomado como a nossa confirmação da autoria dos textos (CECHINEL, et al, 2016, p. 6).

3 A REVISTA CULTURA POLÍTICA

3.1 O contexto histórico-social

Antes de iniciar a análise da revista *Cultura Política*, é necessário compreender o contexto em que ela está inserida (um regime ditatorial) e como a cultura era tratada na época de sua publicação. Será importante considerar para os fins deste trabalho que, os documentos deste tipo de natureza, ou seja, a imprensa escrita, eram, no período do Estado Novo, tidos "por excelência" como o meio de produção e divulgação do discurso governamental (CODATO e GUANDALINI JR., 2003, p. 147).

Maria Helena Rolim Capelato (2009) apresenta que é comum nos regimes autoritários a intervenção na produção cultural em nome de vários valores, como a unidade política, a identidade coletiva e até a harmonia social (p. 98). E é neste exato prospecto que a revista será entendida em sua relação com o Estado Novo. Durante o regime, o controle e a repressão da cultura foi institucionalizada através do já citado DIP. O órgão controlava os meios de comunicação e exercia a propaganda oficial, tendo como função divulgar as diretrizes do regime e a defesa da cultura e da unidade nacional. Assim, o DIP criava uma imagem do regime e de seu líder, aproximando-os do país e do povo. Para tal, o departamento utilizava técnicas de comunicação do ministro da propaganda nazista Joseph Goebbels (CAPELATO, 2009, p. 80-81).

No texto *Os autores e suas idéias: um estudo sobre a elite intelectual e o discurso político do Estado Novo*, Codato e Guandalini Jr. (2003) discorrem sobre os intelectuais desse período político, apresentando que a necessidade de doutrinar para solidificar o regime teria sido apresentada por Luís Vergara, secretário pessoal de Getúlio Vargas, que defendeu a importância de fazer a justificativa ideológica do regime, acreditando que apenas a força não manteria o Estado Novo. Assim inicia-se a grande importância atribuída à propaganda, que deveria ser operada por alguns intelectuais e sob o rígido controle do Estado, com a necessidade de que toda essa doutrinação fosse de fácil assimilação (p. 145-146), embora a revista *Cultura Política* seja dotada de uma linguagem mais acadêmica.

Nesse contexto, a revista *Cultura Política* era editada pelo DIP e visava transmitir a ideologia do regime, ou seja, era um veículo de propaganda. Ela possuía publicação mensal e era vendida no Rio de Janeiro, em São Paulo e em outros estados por assinatura. Foi dirigida, por escolha de Vargas, por Almir de Andrade (BONET, 2010, p. 32), intelectual e jornalista que era um dos principais ideólogos do Estado Novo. Ele fundou a revista *Cultura Política* e a

dirigiu até outubro de 1945, visando "esclarecer" e definir os rumos do país no regime implantado por Vargas. Para isso, através dos artigos selecionados para a publicação, ele buscava transmitir uma interpretação do Estado Novo em um projeto ideológico-cultural¹.

A revista *Cultura Política* foi produzida de 1941 até 1945, totalizando 53 volumes. A publicação contou com intelectuais das mais variadas áreas e ideologias, tendo como alguns de seus principais temas a recuperação do passado e o novo homem. Seu público-alvo eram as elites intelectuais (SCHWAB, 2010, p. 37-38).

Os autores Codato e Guandalini Jr. argumentam que a revista poderia ser considerada o principal órgão teórico do regime. Apesar disso, ela não impunha uma linha de pensamento única, sendo vista no periódico uma variedade do que os autores definiram como "correntes ideológicas autoritárias", em que se buscava o consenso, que seria reunir os grupos compatíveis com o autoritarismo. Porém, apesar de haver certa amplitude, o objetivo crucial era divulgar as ideias do regime. Dessa forma, a homogeneização do discurso era mantida (2003, p. 147 e 149).

O discurso produzido no periódico não era fruto da sociedade civil, pois a maior parte dos que contribuíram para a revista foram funcionários do Poder Executivo e, ainda que muitos outros colaboradores não fossem oficialmente membros da administração executiva, poderiam ser considerados como parte desse grupo devido à proximidade. A relação da ocupação dos colaboradores da revista pode ser vista na tabela abaixo, elaborada por Codato e Guandalini Jr., tendo como base 73 autores que tiveram o texto publicado na revista (2003, p. 149).

	Quantidade de colaboradores	Porcentagem do total de colaboradores	Quantidade de artigos publicados	Porcentagem do total de artigos selecionados
Poder Executivo	42	57,53	81	65,32
Profissionais liberais	7	9,58	12	9,67
Universidades	7	9,58	8	6,45
Estudantes	5	6,84	5	4,03
Funções judiciais	4	5,47	7	5,64
Militares	3	4,10	6	4,83
Sem informação*	5	6,84	5	4,03
Total	73	100	124	100

* Cláudio Martins, Getúlio Monteiro Jr., José Getúlio Monteiro, José Vicente Paya e Severino Uchoa.

Anexo 1: Atuação profissional dos colaboradores de *Cultura Política*

¹ ALMIR Bonfim de Andrade. FGV CPDOC. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/almir-bonfim-de-andrade>>. Acesso em 24 set. 2022.

Fonte: CODATO e GUANDALINI JR., 2003, p. 149.

Os autores apresentam que a ideologia política presente na Cultura Política, em sua maior parte, foi fruto de pessoas pertencentes à burocracia do Estado Novo, constituindo 80% do total dos autores pesquisados e correspondendo a 85% desses artigos (CODATO e GUANDALINI JR., 2003, p. 159). Assim, observando o quanto o Estado estava inserido na revista, é possível ter uma noção de quanto do que era divulgado por ela pode ser tratado literalmente como uma manifestação oficial do regime. A tabela abaixo é uma versão condensada da anterior, resumindo as ocupações listadas a categoria a que pertencem: burocracia estatal, profissionais liberais e militares.

	Quantidade de colaboradores	Porcentagem do total colaboradores	Quantidade de artigos publicados	Porcentagem do total de artigos selecionados
Burocracia estatal	60	82,19	105	84,67
Profissionais liberais	7	9,58	12	9,67
Militares*	1	1,36	2	1,61
Sem informação	5	6,84	5	4,03
Tota	73	100	124	100

* Sem ligação direta com o Executivo.

Anexo 2: Origem social do discurso veiculado em Cultura Política

Fonte: CODATO e GUANDALINI JR., 2003, p. 150.

Com relação à estrutura da revista ela era dividida nos seguintes segmentos: problemas políticos sociais; o pensamento político do chefe do governo; a estrutura jurídico-política do Brasil; textos e documentos históricos; a atividade governamental; Brasil social, intelectual e artístico (CODATO e GUANDALINI JR., 2003, p. 147).

Como se tratava de um período autoritário, o debate não era desejado. Os intelectuais que não participavam da construção do discurso do Estado Novo eram considerados subversivos e, por isso, eram perseguidos (PASCHOAL, 2007, p. 11). Ou seja, o que será analisado neste trabalho, acerca do debate racial e sobre racismo no Estado Novo a partir das ideias postas na revista, era uma imposição, pois o objetivo não era debater com os intelectuais ou com os leitores. O objetivo do regime era utilizar a cultura para disciplinar e coordenar, visando uma sociedade homogênea e não a pluralidade (CAPELATO, 2009, p. 101).

Da mesma forma, buscava-se tratar o problema do racismo como inexistente e que, por isso, não precisava ser resolvido. Esse era um discurso de poder em que, ao apresentar o

Brasil como sendo um país sem racismo, e fixando isso de forma pétrea, os intelectuais que discordassem seriam perseguidos.

Com relação ao tema racial, Mariana Selister Gomes (2008) apresenta que, visando construir a identidade nacional, na Era Vargas foi defendida a mestiçagem e a harmonia entre as raças, que pode ser exemplificada com a criação do Dia da Raça e pelo apoio de intelectuais e do DIP na defesa do tema. Com essas ações, a mestiçagem virou uma característica nacional. A nacionalidade era tema valorizado pelo DIP e os intelectuais eram levados a abordá-la, incluindo, portanto, questões raciais no discurso (GOMES, 2008, p. 4).

3.2 Oliveira Lima

De grande relevância para o regime do Estado Novo, a revista exercia um importante papel na comunicação. Desta forma, justifica-se a análise de algumas passagens dela, especialmente o recorte escolhido, o primeiro volume da publicação, que é o que apresenta a maior presença da temática racial, foco deste trabalho. Pode-se especular tal concentração no primeiro volume como fruto da importância deste tema para a criação da nacionalidade, em que o problema racial deveria ser negado para a construção do ideal de povo estadonovista.

O primeiro artigo a compor este trabalho é o *A Igualdade de Raças no Brasil: suas raízes históricas*, excerto do livro *O Movimento de Independência: 1821-1822*, do autor Oliveira Lima, presente na seção Textos e Documentos Históricos.

Nascido em 1867, Lima foi um importante historiador e diplomata, membro fundador da Academia Brasileira de Letras, falecendo em 1928². Assim, observa-se que, quando o Estado Novo teve início, o historiador já estava morto, não tendo produzido especialmente para o regime.

É interessante notar que a introdução que os editores da revista publicaram contextualizava e direcionava a leitura do texto para o entendimento de que um dos traços mais marcantes da formação democrática do Brasil seria inexistência do preconceito de raças, característica preservada pelo Estado Novo, mostrando-se assim inerente ao Brasil. O argumento dos editores é que o grande contato entre as raças na história brasileira fez com que elas se "fundissem", evitando o aparecimento do racismo (LIMA, 1941, p. 202).

² OLIVEIRA Lima. *Academia Brasileira de Letras*. Disponível em: <<https://www.academia.org.br/academicos/oliveira-lima/biografia>>. Acesso em 22 de set. de 2022.

Na mesma introdução, é dito que o "nacionalismo brasileiro não alimenta preconceitos de raça; deixaria de ser brasileiro no dia em que alimentasse" (*idem*). Desta forma, é feita uma marcação rígida de que o preconceito de raça não é compatível com o Brasil, podendo dizer que aquele que age de forma preconceituosa não representa o que é ser brasileiro. Para os editores, no Brasil, valorizava-se o homem pelo homem, sem distinções, com uma fraternidade racial no passado e no futuro e o regime, por sua vez, agia à procura apenas do que tornava seus cidadãos brasileiros e capazes de trabalhar pelo país (LIMA, 1941, p. 202). Ou seja, sem ligar para a "raça" e buscando o progresso. Essa ideia é encontrada, inclusive em outro artigo, que não foi analisado aqui, que diz que Vargas era "despido de preconceitos de classe e raça" (AMARAL, 1941, p. 156), colocando o chefe de Estado como alguém que opera de forma conivente com o nacionalismo que se formava naquele momento e aproximando-o do que é ser verdadeiramente brasileiro.

O conteúdo condensado em uma única página da revista, mesmo que introdutório, diz muito sobre a posição do regime sobre o tema racial, pautado na ideia do Brasil como uma democracia racial. Neste ponto, o texto de Oliveira Lima — e outros a seguir — são utilizados para passar a ideia de um povo sem racismo e sem tensões raciais, atendendo aos desígnios do regime.

No texto de Oliveira Lima, as noções acerca do passado brasileiro são de inexistência, tanto nas colônias quanto na metrópole, do preconceito de raça. Haveria, por aqui, um sentimento democrático de igualdade na organização social, com uma colonização sem a superioridade de raça com base na nobreza. Segundo o autor, até mesmo o período imperial teria sido democrático, por não haver nobreza de berço, mas sim de mérito (LIMA, 1941, p. 203). E essa é a tônica do texto, que recorre ao passado com o objetivo de negar a existência do racismo tanto em períodos anteriores quanto no presente.

Oliveira Lima também apresenta que o sangue negro não constituía um problema irremediável para a aquisição de mercês e graças, pois não haveria diferenças fundamentais de classes, e, conseqüentemente, de raças, com as divisões sendo artificiais. Por isso, os costumes teriam o poder de modificar até a legislação. Ou seja, com o devido esforço um negro poderia obter considerável sucesso. Um dos exemplos usados no texto para embasar esse argumento é a figura de João Fernandes Vieira, que era negro e governou as províncias de Angola e Pernambuco (LIMA, 1941, p. 205).

Em síntese, o texto se mostra como uma defesa da mestiçagem, pois, para o autor, era visível que a raça branca se depauperava nos trópicos. Quando tal debilitação não ocorria, era

graças a presença de sangue de outras raças, fruto da mestiçagem (LIMA, 1941, p. 206). Assim a mestiçagem foi tida como algo que melhorava a população para viver nessas terras.

3.3 F. Venâncio Filho

O segundo artigo da revista a ser analisado, se chama *Educação*, escrito por F. Venâncio Filho, e se encontra localizado no segmento *Brasil Social, Intelectual e Artístico*. O autor era um engenheiro, mas, na verdade, se destacou como educador, tendo fundado e presidido a Associação Brasileira de Educação³. O texto foi introduzido pelos editores como uma defesa da educação, sendo ela a forma de atingir o progresso, discordando dos argumentos que definem como culpa da raça e também do clima o atraso no Brasil (VENÂNCIO FILHO, 1941, p. 268).

No artigo, Venâncio Filho argumenta em defesa da raça mestiça — sendo possível compreender que o uso do termo se estendia aos negros e índios — que se o país é grande foi graças aos brasileiros que conquistaram o território. O que faltaria, então, para concluir o progresso seria a educação. O educador apresenta que muitos dos problemas que eram tidos como motivados pela raça e pela mestiçagem eram, na verdade, frutos da má alimentação. Para ele, uma das provas de que a mistura de raças não degrada a nação seriam os bandeirantes, tidos como desbravadores do sertão (VENÂNCIO FILHO, 1941, p. 269-271).

Esta defesa feita pelo autor vai contra as ideias eugenistas, porém faz parte de um discurso de negação do racismo com a defesa da democracia racial, pois o regime, nesse movimento de se por contra as ideias racistas de inferioridade, não buscava uma valorização do negro ou do mestiços, mas a sua absorção, com a finalidade de homogeneizar a sociedade brasileira.

3.4 Cassiano Ricardo

Os bandeirantes foram citados por Venâncio Filho como um exemplo da elevada capacidade do brasileiro, porém o tema é explorado mais profundamente no texto *O Estado Novo e seu sentido bandeirante*, do segmento *Problemas Políticos e Sociais*. O texto foi

³ FRANCISCO Venâncio Filho. **Associação Brasileira de Educação**. Disponível em: <<https://www.abe1924.org.br/quem-somos/galeria-dos-presidentes/114-francisco-venancio-filho>>. Acesso em 22 de set. de 2022.

escrito pelo paulista Cassiano Ricardo, que foi um jornalista, poeta e ensaísta. O autor foi um dos líderes da Semana de Arte Moderna de 1922, sendo um dos fundadores do movimento Verde-amarelo, que objetivava um modernismo brasileiro que rompesse com o academicismo e que se afastasse de vez da vanguarda europeia (ZEM EL-DINE, 2017, p. 36). Ricardo também fundou o movimento político Bandeira, contraponto ao integralismo. Quanto a sua contribuição para o tema que discorre no artigo, foi o autor de um livro de “grande repercussão”, *Marcha para o Oeste*, em que estuda os bandeirantes e os movimentos de entrada⁴.

Com relação ao seu texto na revista, o título já transparece a associação do Estado Novo com os bandeirantes, apresentando o grupo como democrático e o antagonizando frente aos senhores da casa grande.

De maneira geral, a revista Cultura Política, em sua exploração do passado em busca de justificativas para o discurso racial que apeteceu ao Estado Novo e para o seu projeto nacional, recorre à figura do bandeirante para, a partir dela, constituir mais uma prova de que não existe inferioridade racial. O argumento é que o grupo, que possuía em seu interior negros, indígenas, brancos e mestiços (embora alguns participassem forçadamente), teria produzido feitos que requeria uma condição física e moral de alto porte (VANÂNCIO FILHO, 1941, p. 271).

Dessa forma, os bandeirantes eram apresentados como parte de um movimento que "harmoniza todas as cores" no mesmo grupo, trabalhando pela unidade étnica nacional. Ou seja, os bandeirantes tinham a capacidade de criar a tão desejada (pelo Estado Novo) harmonia entre as raças. Em outro fragmento da revista é apresentado também que os bandeirantes teriam — supostamente — incentivado casamentos entre as "raças", promovendo a miscigenação que era impedida em outros lugares (CASSIANO RICARDO, 1941, p. 127). Deste modo, os bandeirantes são colocados como incentivadores da miscigenação e são valorizados por permitir o que em outros lugares era, segundo as palavras do autor, proibido.

No texto analisado, a origem dos bandeirantes é atribuída a uma democracia social pela mestiçagem entre os europeus e os indígenas. Diz respeito a uma democracia rudimentar praticada pelos bandeirantes, escolhendo quem os governa e com ênfase na vontade popular (CASSIANO RICARDO, 1941, o. 113-114). Com o grupo em marcha para o oeste, é apresentado que a divisão do trabalho era definida pela cor do indivíduo. Por estarem,

⁴ CASSIANO Ricardo. **Academia Brasileira de Letras**. Disponível em: <<https://www.academia.org.br/academicos/cassiano-ricardo/biografia>>. Acesso em 24 set. 2022.

supostamente, marchando lado a lado, a posição de escravizado e escravizador é suavizada, havendo na bandeira algo que "corrigisse" ou melhorasse a posição de escravizado (CASSIANO RICARDO, 1941, p. 116).

Cassiano Ricardo apresenta também o que ele considera a contribuição de cada raça nas bandeiras: a branca e a mameluca representariam o pensamento, que comanda e conduz o grupo; os indígenas são relacionados às caminhadas e ao ímpeto guerreiro e inquieto; já a contribuição negra estaria no sedentarismo, nos repousos e nos trabalhos braçais nas minas e na lavoura. Para o autor, todos, até os em posição de inferioridade, são importantes para a criação da democracia social e biológica (CASSIANO RICARDO, 1941, p. 116-117).

Pode-se considerar essa caracterização das tarefas como problemática, pois o que é tido como democracia é, na verdade, dominação e escravização, levando os negros a exercer os mesmos trabalhos braçais a que eles supostamente seriam destinados nos latifúndios dos senhores de engenho. O autor justifica a posição de dominação dos bandeirantes, além de haver uma visão estereotipada dos negros e dos indígenas.

Outra posição sustentada pelo autor é a de que a bandeira glorifica o indígena no nomadismo. Em vez de o escravizar, colocando-o em uma posição sedentária, aproveita a sua disposição natural ao movimento. Percebe-se haver, para o autor, uma "mobilidade cultural", que permitiu aos bandeirantes serem até certo ponto "índios", mas não perdendo sua civilidade e nem cedendo para o comunismo tribal.

Cassiano Ricardo cita que: "O índio ou a índia terá feito muito bandeirante esquecer preconceitos de toda a natureza para cair na gostosura do espetáculo cósmico" (CASSIANO RICARDO, 1941, p. 118-119). Neste trecho, se encontram algumas questões a serem destacadas. A primeira é a concepção de que ao manter os indígenas em nomadismo eles estariam sendo glorificados, já que mantê-los em movimento não apaga a sua situação de cativo. Essa visão pode ser considerada, no mínimo, irreal. Já com relação à mobilidade cultural, ela reflete a suposta entrada dos bandeirantes na cultura indígena apenas até certo ponto, já que eles não cederiam totalmente por estarem em uma situação de mando, escravizando esses indígenas.

Nas últimas linhas, o autor faz a aproximação do Estado Novo com os bandeirantes, indicando que o regime "é várias vezes bandeirantes". Ele elenca o que seriam as similitudes: o apelo às origens brasileiras, contra as ideologias que pudessem contrariar a nacionalidade, o espírito unitário anti-federalista, o grande poder na figura do chefe e a marcha ao oeste que, no regime, é o seu imperialismo interno (CASSIANO RICARDO, 1941, p. 132).

É preciso ressaltar apenas que, o regime, segundo a revista, agia à procura apenas do que torna seus cidadãos brasileiros e capazes de trabalhar pelo Brasil (LIMA, 1941, p. 202). Ou seja, sem ligar para a "raça" e buscando o progresso. Assim, Vargas era representado como sendo "despido de preconceitos de classe e raça" (CULTURA, 1941, p. 156).

4 UMA FALSA DEMOCRACIA RACIAL

4.1 Imigração, miscigenação e branqueamento

Vimos, então, que, nos textos, foi observada uma negação do racismo aliada a uma apologia de uma democracia racial no Brasil. Bem como a colocação do Estado Novo como bandeirante, com tal grupo sendo dito como harmonizador, embora essas figuras sejam problemáticas, como foi visto acima e será retomado mais a baixo. Nisso, nota-se a necessidade de ir além e problematizar as ideias apresentadas na revista, especialmente no que diz respeito à miscigenação, harmonia e democracia racial.

Antônio S. A. Guimarães (2001) apresenta uma interpretação da democracia racial como uma ideologia de dominação, sendo um modo cínico e cruel de manter o domínio e as desigualdades entre negros e brancos, escondendo os preconceitos e os problemas raciais (p. 137).

Sobre o mesmo conceito, Ronaldo Sales Jr. (2006) apresenta-o como uma contradição, pois, como poderia ser democrática se é racial? A verdadeira democracia é, portanto, anti-racista. Já a democracia racial é um ato de exclusão, pois o correto seria a solução pública dos conflitos raciais (p. 254). Contudo, esse não é o objetivo da democracia racial, pois ela nega os conflitos, ocultando-os e impossibilitando uma solução. Isso mantém o racismo, já que não é solucionado.

Um dos maiores teóricos sobre a cultura negra brasileira, Abdias Nascimento (2019), em seus estudos sobre o tema racial e a situação do negro no Brasil, faz grandes contribuições para desmistificar o que foi apresentado na revista *Cultura Política*. No que tange a miscigenação, ele explica que sendo fruto do estupro da mulher africana não é algo valoroso (NASCIMENTO, 2019, p. 112). Assim, é possível problematizar também a harmonia cultural dos bandeirantes, defendida por Cassiano Ricardo, já que o que o autor entende como uma promoção da miscigenação por intermédio de casamento, era na verdade estupro. Isso fica ainda mais claro tendo em vista como os bandeirantes eram figuras reconhecidamente violentas.

Segundo Nascimento, a miscigenação, como foi pensada e imposta, foi um instrumento genocida. Neste caso, o autor não se refere ao encontro espontâneo entre as raças, mas aos estupros e à posterior discriminação contra os afro-brasileiros, seguido de um mito o qual parte das elites acredita (ou finge acreditar) a respeito de uma democracia racial fruto da miscigenação. Essa visão, porém, revela uma sociedade que busca branquear a

população, para fazer desaparecer as outras raças (2019, p. 114). Dessa forma, a miscigenação é a ferramenta do genocídio, pois visa eliminar as populações africanas e seus descendentes. Sendo assim, uma parte da dominação supremacista branca é fruto do histórico de violência sexual contra as mulheres negras (*idem*, p. 337).

O contexto de branqueamento também se relaciona institucionalmente com o governo Vargas, que adotou agendas reacionárias e racistas, ao mesmo tempo que adotava posturas progressistas (SOUZA, 2022, P. 337). Um exemplo dessas duas faces é a miscigenação impulsionada pela vinda de imigrantes europeus para o Brasil, assistidos pelo Estado com o objetivo de branquear a população, ação oficializada pela política de Vargas, que criou um decreto lei sobre o tema (NASCIMENTO, 2019, p. 221). O regime trouxe imigrantes com a finalidade de manter os negros na miséria e com o objetivo de "melhorar a raça" pela miscigenação (*idem*, p. 338). Ou seja, fariam os negros desaparecer pela misericórdia ou os absorveriam através da miscigenação. Nesta linha de raciocínio a miscigenação aparenta ter o mesmo propósito que o da eugenia contextualizada por Lilia Schwarcz como uma manifestação posicionada com a necessidade de submissão ou eliminação das raças inferiores.

Segundo a historiadora Jesiane Debastiani (2018), a imigração teve como base ideias restritivas e eugenistas, sendo visada a entrada de imigrantes brancos e europeus, selecionados por critérios físicos e psicológicos. Estavam entre os imigrantes desejados os portugueses, que eram considerados a matriz do brasileiro, sendo assim de fácil assimilação e com características que eram tidas como favoráveis ao branqueamento e para o progresso do povo (p. 120). Corroborar-se, então, a ideia de que a postura vista no discurso do Estado Novo era concomitante com uma política racista e eugenista.

Debastiani também apresenta os imigrantes considerados os indesejados: os negros, os japoneses e os judeus, entre outros. Muito embora, segundo a autora, a lei não os colocasse como indesejáveis, havia um intenso debate que os inferiorizava, fazendo-os serem considerados como uma ameaça para muitas estruturas, como a composição racial (DEBASTIANI, 2018, p. 124). Ou seja, havia um discurso racista que os colocava como indesejáveis (CARNEIRO, 2018, p. 118). O projeto ético-político do regime de Vargas foi inspirado no racismo e na xenofobia dos regimes nazifascistas, buscando a homogeneização racial tendo como base a eugenia (CARNEIRO, 2018, p. 126).

Assim, observa-se, com base principalmente em Nascimento, que a suposta harmonia racial e de sangue e a "fusão democrática", que a revista apresenta como a origem dos bandeirantes, nunca existiu, significando, na realidade, estupro (2019, P. 266). Ademais, a

miscigenação servia para o branqueamento, que, como citado anteriormente, possui uma função genocida de acabar com o negro.

Toda essa suposta valorização do negro pode ser entendida como uma ilusão da não discriminação que ajuda a fixar as desigualdades (NASCIMENTO, 2019, p. 339). Com isso, o efeito da revista *Cultura Política* ao negar a existência do racismo acabaria por fortalecer tal prática. É uma defesa da democracia racial, que como explicitado por Sales Jr., não permite que os problemas raciais sejam solucionados.

Além de toda a problematização possível em cima da abordagem ideológica do varguismo em relação às raças, também podemos contestar os seus métodos a partir dos resultados. Como aborda Ronaldo Sales Jr. (2006), a miscigenação, tão apresentada na *Cultura Política* como uma das provas da inexistência de racismo, não acabou com a discriminação, mas a pluralizou de acordo com o grau de fenótipos negros, assim fazendo um racismo polivalente (p. 233).

4.2 Bandeirantismo

No que se refere aos bandeirantes, Lilia Schwarcz (2005) diz que foram os historiadores paulistas os responsáveis pela valorização e popularização dessas figuras, tendo estabelecido uma relação entre os bandeirantes, interpretados de forma positiva, com o estado paulista, colocando-os como seu símbolo (p. 97-98). A partir da passagem da revista que visa aproximar o regime aos bandeirantes, vemos que a publicação operava da mesma forma que os historiadores paulistas citados por Schwarcz, sendo importante destacar que o seu autor, Cassiano Ricardo, de fato era paulista, seguindo apenas o que já era feito em seu estado.

Com isso, o historiador e sociólogo Ricardo Luiz de Souza (2007) contribui acrescentando que todo o movimento de valorização desses personagens se deu início nos anos 1920, antes do Estado Novo, quando o bandeirante passou a ser representado como uma das mais "puras" raízes sociais do Brasil, sendo eles todos como os conquistadores do sertão e fundadores da raça e da civilização brasileira. Essas características associadas aos bandeirantes deram início a uma mitologia ao redor da sua figura (SOUZA, 2007, p.154).

É possível declarar essa visão como uma fantasia a partir do ponto de vista de vários pensadores que levam ao mesmo resultado: os bandeirantes estão relacionados à violência e à escravidão indígena, sendo eles caçadores de índios. Muitas vezes, inclusive, essa violência

não era negada, mas vista como algo necessário ou pequeno frente aos ganhos (SOUZA, 2007, P. 166-167).

Levando a discussão ao nosso objeto de estudo, não é exagerado colocar o artigo da revista referente aos bandeirantes como conivente com a sua violência. Como exemplo, pode ser citada a análise que Gabriel Piazzentin faz do seguinte discurso de Vargas:

No ambiente rude que atuaram os pioneiros das entradas, souberam realizar, com o bacamarte e a espada, uma obra gigantesca, tal como fazem nos modernos tempos, com o arado e a enxada, os paulistas da têmpera dos bandeirantes (VARGAS, 1944, p. 213 apud PIAZZENTIN, 2019, p. 185).

Sobre o trecho, o autor argumenta que a glorificação dos bandeirantes teria como efeito apagar o histórico de violência contra os indígenas. Para ele, já que os bandeirantes teriam matado e estuprado em sua procura por ouro, a violência seria motivo de orgulho (PIAZZENTIN, 2019, p. 193).

Podemos usar os alegados benefícios da miscigenação para entender a defesa a respeito dos bandeirantes. Nessa visão, o grupo seria um harmonizador das raças, noção que perpassa o paternalismo da supremacia branca, apresentado por Abdias Nascimento em *O Quilombismo*. O conceito seria uma forma mais insidiosa da supremacia branca, enfatizando a assimilação das raças e criando a ilusão de uma "mistura feliz" enquanto disfarça o seu racismo, tentando acabar com a consciência coletiva e identidade dos negros (NASCIMENTO, 2019, p. 336). Esse modo de agir é responsável por divulgar a ilusão da inexistência de racismo, que, segundo Nascimento, atende aos interesse de fixar as desigualdades, buscando fazer as vítimas negar a própria discriminação que sofrem. Esta situação pode ser resumida com a seguinte frase de Nascimento: "quanto menos conflito racial, mas eficiente o racismo" (2019, p. 340).

Assim sendo, de acordo com o que foi encontrado na revista, está no passado bandeirante, assim como em muitos outros pontos da história brasileira, a base para a construção da ideia de harmonia racial almejada pelo Estado Novo. Porém, ao observarmos como é tida a tal harmonia, principalmente a respeito da divisão do trabalho, tema central no varguismo, ela mostra a sua feição problemática. Como foi citado, aos brancos e mamelucos confere, nessa visão, o poder de comandar e pensar, o que pode ser visto como um legitimador da dominação branca. Aos indígenas, que, para a *Cultura Política*, teriam contribuíram para a bandeira com o ato de se movimentar, suposição que se relaciona às

trilhas indígenas que os bandeirantes usavam, e com o ímpeto combatente, é dada a classificação de guerreiro, ressignificando o estereótipo de violência associado a eles. Já os negros teriam contribuído com o trabalho braçal em minas e lavouras, como no sistema escravista. Ou seja, aos brancos e seus descendentes (mamelucos) o poder e aos outros a assimilação. Esse é um exemplo da legitimação da dominação branca, que ignora e até positiva a grande violência que foi o movimento do bandeirantismo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que o racismo presente no regime de Vargas tinha diversas faces. A primeira era institucional, como pode ser visto a partir da política imigratória que o governo adotou como uma tentativa de branqueamento da população pela entrada de imigrantes. Até mesmo os pontos progressistas do regime, que na revista *Cultura Política* são representados através da valorização dos mestiços e da mestiçagem, dos bandeirantes e da ideia de harmonia das raças, podem ser reconsiderados.

Se pensarmos com relação aos conceitos apresentados por Abdias Nascimento, o que parece uma valorização foi na verdade uma medida de controle no trato a alguns perfis de imigrantes, visando o branqueamento da população. Assim, a entrada dos imigrantes europeus e a suposta valorização da miscigenação aparentam ter a mesma finalidade, a mestiçagem como meio para acabar com a população negra. Ao mesmo tempo, divulgava-se um discurso que negava a existência de qualquer tensão racial e do racismo, o que servia para tornar mais eficiente esse plano racista de por fim ao negro.

Outra face da política racial discriminatória do Estado Novo é construção de mitos e de ideais disfarçados sob um véu de cientificismo e corroborado por “intelectuais”. Nesse ponto, a revista *Cultura Política*, ainda que trata-se de assuntos diversos, se mostra como parte do próprio mecanismo de discriminação e de embraquecimento da população. Ao enfatizar em seus artigos que os indígenas e negros não são culpados por nenhum atraso no país, a revista livra o Estado Novo de qualquer suspeita de racismo ou de tentar imputar uma ideologia referente ao tema nos leitores. Contudo, ao mesmo tempo, a publicação reforça estereótipos, defende a violência praticada contra indígenas e negros pelos bandeirantes e pratica uma violência simbólica ao fingir não existir ou tentar apagar o histórico de violência aos não-brancos no Brasil. É possível comparar o modo de ação do regime com a prática de *gaslighting*, porém em uma tentativa de se realizar em massa.

Alguns tópicos eram os mais utilizados como ferramenta de manipulação acerca do passado racial do Brasil. Além da exaltação da miscigenação argumentada através da política de imigração do período, a imagem dos bandeirantes figura como uma estratégia para a revista construir um passado idealizado que justifica um presente e um futuro harmônico. Entretanto, o próprio artigo da *Cultura Política* que versa sobre o tema não esconde que o movimento participou de práticas de extrema violência e ainda reforça que os indígenas e os

negros eram usados para os trabalhos que necessitavam de força bruta, escondendo apenas que a participação desses grupos nas bandeiras foi, majoritariamente, forçada.

Aliás, a revista esconde todo tipo de violência que fundou o presente (naquela e em nossa época) “mestiço” do país. Afinal, o que os colaboradores do periódico chamam de incentivo à miscigenação, quase em uma defesa romântica do casamento por amor independente da diferença de raças, como explicitado por Abdias Nascimento, consistia geralmente no estupro da mulher não-branca. E assim a análise documental feita neste trabalho reforça a base do trabalho de Nascimento sobre a como se dá a formação histórica do racismo no Brasil: é uma questão de negação, de convencer a própria vítima sobre a inexistência do seu sofrimento.

A benevolência de Vargas de supostamente tentar incluir os não-brancos e valorizar a mestiçagem, foi, na verdade, um presente de grego, capaz de lançá-los em uma verdadeira Odisseia na luta por seus direitos. A defesa da miscigenação, da forma que é apresentada na revista, aliada a negação do racismo no Brasil, serviu para mascarar os conflitos raciais, tornando-os mais eficientes em dominar e dificultando o seu combate e a mobilização dos negros em torno de sua identidade. O regime, ao afirmar a inexistência do racismo em seus meios de comunicação institucionais, colocava os que lutavam contra tais práticas como se estivessem em uma luta imaginária, desnecessária.

REFERÊNCIAS

ALMIR Bonfim de Andrade. **FGV CPDOC**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/almir-bonfim-de-andrade>>. Acesso em 24 set. 2022.

AMARAL, Azevedo. Realismo Político e Democracia. **Cultura Política**, Rio de Janeiro, ano 1, nº. 1, mar. 1941, p. 157-173. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/cultura-politica/163538>>. Acesso em 29 de set. de 2022.

BONET, Fernanda dos Santos. **Autoritarismo e Nacionalismo**: o discurso oficial sobre o envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial, através das páginas da revista “Cultura Política”. Dissertação (Mestrado). – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

CÂMARA, Marcelo Barbosa. **Cultura Política - Revista Mensal de Estudos Brasileiros (1941 a 1945)**: um voo panorâmico sobre o ideário político do estado novo. Tese (Doutorado). – Ciência Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em Cena**: propaganda política no varguismo e no peronismo. 2ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Imigrantes Indesejáveis: a ideologia do etiquetamento durante a Era Vargas. **Revista USP**, São Paulo, nº. 119, p. 115-130, out./nov. 2018.

CASSIANO Ricardo. **Academia Brasileira de Letras**. Disponível em: <<https://www.academia.org.br/academicos/cassiano-ricardo/biografia>>. Acesso em 24 set. 2022.

CASSIANO RICARDO. O Estado Novo e o seu Sentido Bandeirante. **Cultura Política**, Rio de Janeiro, ano 1, nº. 1, mar. 1941, p. 110-132. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/cultura-politica/163538>>. Acesso em 29 de set. de 2022.

CECHINEL, Andre, *et al.* Estudo/Análise Documental: uma revisão teórica e metodológica. **Criar Educação**, Criciúma, v. 5, nº 1, p. 1-7, jan./jun. 2016.

CODATO, Adriano Nervo; GUANDALINI JR., Walter. Os Autores e suas Ideias: um estudo sobre a elite intelectual e o discurso político do Estado Novo. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº 32, p. 145-164, 2003.

DEBASTIANI, Jesiani. **A Política Imigratória do Governo Vargas (1940-1945)**: tese, práticas e debates na revista de imigração e colonização. Dissertação (Mestrado). – História, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2018.

FRANCISCO Venâncio Filho. **Associação Brasileira de Educação**. Disponível em: <<https://www.abe1924.org.br/quem-somos/galeria-dos-presidentes/114-francisco-venancio-filho>>. Acesso em 22 de set. de 2022.

GOMES, Mariana Selister. A Construção da Democracia Racial Brasileira: o nordeste de Gilberto Freyre e o Rio Grande do Sul de Dante Laytano. *In*: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 9, 2008, Porto Alegre. **Anais eletrônicos** [...] Porto Alegre: Anpuh-RS, 2008. Disponível em: <<http://www.eeh2008.anpuh-rs.org.br/site/anaiseletronicos>>. Acesso em 27 de set. de 2022.

LIMA, Oliveira. A Igualdade de Raças no Brasil: suas raízes históricas. **Cultura Política**, Rio de Janeiro, ano 1, nº. 1, mar. 1941, p. 202-206. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/cultura-politica/163538>>. Acesso em 29 de set. de 2022.

NASCIMENTO, Abdias. **O Quilombismo**: documentos de uma militância pan-africanista. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Ipeafro, 2019.

OLIVEIRA Lima. **Academia Brasileira de Letras**. Disponível em: <<https://www.academia.org.br/academicos/oliveira-lima/biografia>>. Acesso em 22 de set. de 2022.

PASCHOAL, Francisco José. Getúlio Vargas e o DIP: a consolidação do “marketing político” e da propaganda no Brasil. *In*: SIMPÓSIO DO LABORATÓRIO DE HISTÓRIA POLÍTICA E SOCIAL, 1, 2007, Juiz de Fora.

PIAZENTIN, Gabriel. Locomotiva dos Bandeirantes: análise do discurso fundador paulista(no). **Revista Alpha**, Patos de Minas, 20(2), p. 185-196, ago./dez. 2019.

SALES JR., Ronaldo. Democracia Racial: o não-dito racista. **Tempo Social**, São Paulo, v. 18, nº 2, p. 229-258, nov. 2006.

SCHWAB, Mariana de Castro. **Os Intelectuais do Estado Novo (1937-1945)**: a trajetória de Paulo de Figueiredo e as revistas *Cultura Política* e *Oeste*. 2010. Dissertação (Mestrado). – História, Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

SCHWARCZ, Lilia. **O Espetáculo das Raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930. 6ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SOUZA, Ricardo Luiz. A Mitologia Bandeirante: construção e sentidos. **História Social**, Sete Lagoas, nº 13, p. 151-171, 2007.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Eugenia, Racismo Científico e Antirracismo no Brasil: debates sobre ciência, raça e imigração no movimento eugênico brasileiro (1920-1930). **Revista Brasileira de História**, Guarapuava, v. 42, nº 89, p. 93-115, 2022.

SPECHT, Roberta; SILVA, Mozart Linhares da. Canto Orfeônico, Democracia Racial e Biopolítica na Era Vargas (1930-1945). **Revista Jovens Pesquisadores**, Santa Cruz do Sul, v. 4, nº 2, p. 108-117, 2014.

VENÂNCIO FILHO, F. Educação. **Cultura Política**, Rio de Janeiro, ano 1, nº. 1, mar. 1941, p. 268-271. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/cultura-politica/163538>>. Acesso em 29 de set. de 2022.

ZEM EL-DINE, Lorena Ribeiro. **A Alma e a Forma do Brasil**: o modernismo paulista em verde-amarelo (anos 1920). Tese (Doutorado). – História das Ciências e da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, 2017.